

social de conhecimento de alguns elementos da realidade do cotidiano pode se tornar extremamente complexa e até mesmo confusa para um estranho. Além de não possuir o conhecimento provavelmente necessário para me curar de um mal físico, também não sei qual de uma estonteante infinidade de especialistas médicos tem competência para tratar de minha doença. Em tais casos, não necessito apenas do conselho de *experts*, mas de uma opinião prévia de *experts* em *experts*. Desta maneira, a distribuição social de conhecimento principia a partir do simples fato de não se conhecer tudo o que os outros sabem, e vice-versa, culminando em sistemas extremamente complexos e esotéricos de proficiências. O conhecimento da *maneira pela qual* o repositório de conhecimento socialmente acessível se distribui, pelo menos em linhas gerais, constitui importante elemento desse mesmo repositório de conhecimento. No cotidiano, eu sei, pelo menos *grosso modo*, o que posso esconder de quem, com quem posso contar para obter informações sobre o que não sei e, de modo geral, de que tipo de indivíduo seria de se esperar que tipo de conhecimento.

In: Mortensen, C.D. Teoria da
comunicação.
SP: Mosaico.

8. A NATUREZA DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO

Herbert Blumer

O interacionismo simbólico¹ baseia-se, em última análise, em três premissas. A primeira estabelece que os seres humanos agem em relação ao mundo fundamentando-se nos significados que este lhes oferece. Tais elementos abrangem tudo o que é possível ao homem observar em seu universo — objetos físicos, como árvores ou cadeiras; outras pessoas, como mães ou balconistas de loja; categorias de seres humanos, como amigos ou inimigos; instituições, como escolas ou o governo; ideais norteadores, como independência individual ou honestidade; atividades alheias, como ordens ou solicitações de outrem —, além das situações com que o indivíduo se depara em seu dia-a-dia. A segunda premissa consiste no fato de os significados de tais elementos serem provenientes da ou provocados pela interação social que se mantém com as demais pessoas. A terceira premissa reza que tais significados são manipulados por um processo interpretativo (e por este modificados) utilizado pela pessoa ao se relacionar com os elementos com que entra em contato. Desejamos analisar brevemente cada uma dessas três premissas fundamentais.

Seria de se esperar que poucos pesquisadores fizessem qualquer objeção à primeira premissa — a saber, que os seres humanos relacionam-se com o mundo de acordo com os significados que este lhes traz. Contudo, por mais estranho que possa parecer, esta simples constatação é ignorada, ou relegada a um segundo plano, em praticamente todo o pensamento e pesquisas das ciências sociais e psicológicas contemporâneas. O significado ou é aceito tacitamente como ponto pacífico, e, desta forma, negligenciado como algo sem importância, ou considerado como mero elo neutro entre os fatores responsáveis pelo comportamento humano, sendo este o produto de tais fatores. Podemos observar o fato nitidamente na atitude crítica atual predominantemente adotada pelas ciências sociais e psicológi-

Reproduzido por permissão de Symbolic Interactionism: Perspective and Method, de Herbert Blumer (Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, Inc. © 1969), pp. 2-21.

cas. A tendência de considerar o comportamento humano como o produto de inúmeros fatores que agem sobre o homem é comum a esses dois campos do conhecimento, reduzindo seu âmbito de análise ao comportamento e aos fatores que presumivelmente o influenciam. Assim, os psicólogos voltam sua atenção para estímulos, atitudes, motivos conscientes ou inconscientes, diversos tipos de *inputs* psicológicos, percepção e cognição e inúmeros aspectos da organização pessoal, a fim de explicar determinadas formas ou situações da conduta humana. De maneira semelhante, os sociólogos baseiam-se na posição social, necessidades de *status*, papéis sociais, prescrições culturais, normas e valores, pressões sociais e associação em grupos para fornecer explicações. Tanto nos esclarecimentos típicos da psicologia como nos da sociologia os significados dos elementos para os seres humanos em ação encontram-se ou contornados ou absorvidos pelos fatores utilizados para justificarem seu comportamento. Se se declara que determinados tipos de comportamento são resultantes dos fatores específicos que presumivelmente os causam, não é necessário se preocupar com o significado dos elementos em relação aos quais o homem age: apenas se identificam os fatores desencadeadores e o comportamento decorrente. Também é possível, se se for instado a tal, procurar localizar o elemento de significado encaixando-o entre os fatores desencadeadores ou considerando-o um elo neutro interposto entre os fatores desencadeadores e o comportamento que supostamente causam. Na primeira dessas possibilidades, o significado desaparece ao se mesclar com os fatores desencadeadores ou causadores; na segunda, torna-se um mero elo de transmissão, passível de ser ignorado em favor dos fatores desencadeadores.

A posição do interacionismo simbólico, ao contrário, é a de que os significados proporcionados pelos elementos ao homem são intrinsecamente fundamentais. Segundo essa perspectiva, ignorar o significado dos elementos com que os seres humanos se relacionam é falsificar o comportamento que se analisa. Contornar o significado em favor de fatores supostamente causadores do comportamento constitui uma grave desconsideração para com o papel do significado na formação do comportamento.

A simples premissa de que o homem se relaciona com o mundo de acordo com o significado deste é *por si* simples demais para caracterizar o interacionismo simbólico — existem diversas outras atitudes críticas que também a utilizam. A principal diferença entre estas e o interacionismo simbólico é determinada pela segunda premissa, referente à fonte de significado. Há duas maneiras tradicionais e conhecidas de explicar a origem do significado. Uma delas consiste em considerá-lo intrínseco ao elemento que o contém e

parte natural da estrutura objetiva deste. Assim, uma cadeira é nitidamente uma cadeira em si, uma vaca, uma vaca, uma nuvem, uma nuvem, uma rebelião, uma rebelião, etc. Sendo inerente ao elemento que o retém, o significado necessita ser simplesmente desprendido por meio da observação do elemento objetivo que o possui. O significado emana, por assim dizer, do elemento, e, como tal, não se verifica nenhum processo em sua formação; tudo o que se necessita é identificar o significado contido no elemento. Não resta dúvida que esta perspectiva reflete a posição tradicional do "realismo" na filosofia, postura esta largamente adotada e profundamente arraigada nas ciências sociais e psicológicas. A outra atitude tradicional considera o "significado" um acréscimo psíquico concedido ao elemento pela pessoa para quem este possui significado. Tal justaposição psíquica é julgada como uma expressão de fatores integrantes da psique, da mente ou da organização psicológica do indivíduo, compreendendo sensações, sentimentos, ideais, memórias, motivos e atitudes. O significado nada mais é que uma expressão dos fatores psicológicos específicos trazidos à baila, relativos à percepção do elemento; desta forma, procura-se explicar o significado de um elemento isolando os fatores psicológicos específicos que produzem o significado. Verifica-se essa postura crítica no costume psicológico clássico e algo antigo em que se analisa o significado de um objeto identificando as sensações envolvidas na percepção deste ou no hábito contemporâneo de associar o significado de um elemento — prostituição, por exemplo — à atitude do indivíduo que o observa. Esta reclusão do significado em fatores psicológicos confina os processos de formação de significado aos processos empenhados em suscitar e reunir os fatores psicológicos específicos produtores de significado. Tais processos são de natureza psicológica e abrangem a percepção, a cognição, a repressão, a transferência de sentimentos e a associação de idéias.

O interacionismo simbólico considera que o significado possui uma origem diferente das defendidas pelas duas correntes mais em voga analisadas acima. Não julga que o significado emana da estrutura intrínseca do elemento detentor de significado, nem pressupõe que o significado origina-se através de uma coalescência de fatores psicológicos no indivíduo. Antes, considera que o significado é produzido a partir do processo de interação humana. Para um indivíduo, o significado de um elemento nasce da maneira como outras pessoas agem em relação a si no tocante ao elemento. Todas as suas ações preocupam-se em defini-lo para o indivíduo. Desta forma, o interacionismo simbólico considera os significados produtos sociais, criações elaboradas em e através das atividades humanas determinantes em seu processo interativo. Este ponto de vista empresta ao

interacionismo simbólico uma posição bastante característica com profundas implicações, a serem analisadas adiante.

A terceira premissa, já especificada anteriormente, distingue, de forma ainda mais incisiva, o interacionismo simbólico. Ao passo que o significado dos elementos é constituído no contexto de interação social e é originado pelo indivíduo a partir dessa mesma interação, representa um erro pensar que o uso do significado por uma pessoa nada mais é que uma aplicação do significado de tal sorte originado. Esse equívoco prejudicada sobremaneira o trabalho de muitos estudiosos, embora sejam adeptos da corrente do interacionismo simbólico. Tais pesquisadores não se dão conta de que o uso de significados por alguém em plena ação envolve um processo interpretativo. Nesse aspecto, assemelham-se aos seguidores das duas correntes dominantes analisadas acima — os que encerram o significado na estrutura objetiva do elemento que o contém e os que consideram-no expressão de elementos psicológicos. Todos os três pecam ao julgar o uso de significado pelo homem em suas atividades nada mais que suscitação e aplicação de significados já existentes. Como tal, nenhum dos três assimila o fato de a utilização de significados pelo agente ocorrer através de um *processo de interpretação*. Este possui duas fases distintas. Na primeira, o agente determina a si mesmo os elementos com que se relaciona; necessita especificar para si próprio os elementos possuidores de significado. A execução de tais designações constitui um processo social interiorizado, no qual o agente interage consigo mesmo. Esta operação equivale a algo bem diferente de uma combinação de fatores psicológicos; trata-se de uma situação em que o indivíduo empenha-se em um processo comunicativo consigo próprio. Na segunda, em virtude desse processo de autocomunicação, interpretar torna-se uma questão de manobra de significados. O agente seleciona, modera, sustenta, reagrupa e transforma os significados sob o ponto de vista da situação em que se encontra e da direção de seus atos. Por conseguinte, a interpretação não deveria ser considerada como uma mera aplicação automática de significados existentes, mas sim como um processo formativo em que os significados são utilizados e trabalhados para orientar e formar as ações. Deve-se levar sempre em consideração que os significados desempenham seu papel na ação por intermédio de um processo de auto-interação.

Não é objetivo do presente ensaio discutir os méritos das três perspectivas que encerram o significado no elemento, na psique e na ação social, respectivamente, nem elaborar a premissa de que os significados são flexivelmente manobrados pelo agente no decurso da formação de seus atos. Antes, nossa meta consiste apenas em demonstrar que, estando fundamentada nessas três premissas, a in-

teração simbólica vê-se obrigada a desenvolver uma sistematização analítica da sociedade e do comportamento humano bastante característica. É essa sistematização que nos propomos delinear a partir deste momento.

O interacionismo simbólico fundamenta-se em uma série de conceitos básicos, ou "imagens-raiz", como preferimos denominá-los. Tais imagens-raiz referem-se à e descrevem a natureza dos seguintes problemas: grupos ou sociedades humanas, interação social, o homem como agente, atividade humana e conjugação das linhas de ação. Tomadas em conjunto, tais imagens-raiz representam a maneira pela qual o interacionismo simbólico considera a sociedade e o comportamento humano, constituindo nossa estrutura de estudo e análise. Passemos então à descrição sucinta de cada uma dessas imagens-raiz.

NATUREZA DA SOCIEDADE HUMANA OU COEXISTÊNCIA GRUPAL HUMANA

Os grupos humanos são constituídos por seres humanos em ação. O agir compreende a infinidade de atividades que os indivíduos desempenham no decurso de toda a sua existência ao entrarem em contato uns com os outros e ao lidarem com as sucessivas situações que enfrentam. Os indivíduos podem agir isolada ou coletivamente, além de poderem tomar atitudes em nome — ou como representantes — de alguma organização ou grupo de outras pessoas. As atividades pertencem aos indivíduos agentes e são por estes realizadas sempre no tocante às situações em que devem agir. A importância dessa definição simples e intrinsecamente redundante consiste, fundamentalmente, no fato de os grupos ou sociedades humanas *existirem em ação* e deverem ser considerados relativamente à ação. Esta imagem da sociedade humana deve representar o ponto de partida (assim como o ponto de chegada) de qualquer sistematização que se propõe considerar e analisar a sociedade humana empiricamente. As sistematizações conceituais que retratam esta sociedade de alguma outra maneira serão apenas derivações da complexa e contínua atividade que constitui a vida em grupo. Isto se verifica nas duas concepções mais importantes da sociedade na sociologia contemporânea — a de cultura e a de estrutura social. Como concepção, a cultura, seja definida como costume, tradição, norma, valor, regras ou conceitos afins, equivale nitidamente a uma derivação dos atos humanos. Da mesma forma, a estrutura social, sob qualquer um de seus aspectos, representada por fatores como posição social, *status*, papel, autoridade e prestígio refere-se às rela-

ções derivadas da maneira pela qual os homens agem uns em relação aos outros. A vida de qualquer sociedade humana consiste, necessariamente, em um processo contínuo de ajuste das atividades de seus membros. É este complexo de atividades ininterruptas que determina e representa uma estrutura ou organização. O fato de qualquer sistematização da sociedade humana confeccionada empiricamente, embora derivada, dever levar em consideração que a sociedade humana é constituída, basicamente, de pessoas empenhadas em agir representa um princípio fundamental do interacionismo simbólico. Para se tornar empiricamente válida, a sistematização deve estar de acordo com a natureza da ação social do homem.

A NATUREZA DA INTERAÇÃO SOCIAL

A vida em grupo pressupõe, necessariamente, uma interação entre seus membros; ou, em outras palavras, uma sociedade é constituída de indivíduos que interagem uns com os outros. Suas atividades ocorrem predominantemente umas em reação às outras, ou umas em relação às outras. Muito embora este fato seja reconhecido quase universalmente nas definições de sociedade humana, a interação social é normalmente aceita como ponto pacífico e encarada como se não possuísse qualquer importância em si. Em sistematizações sociológicas e psicológicas, essa atitude é patente — consideram a interação social simplesmente um meio através do qual as determinantes do comportamento passam a produzir o comportamento. Desta maneira, a sistematização sociológica típica atribui o comportamento a fatores como posição social, prescrições culturais, normas, valores, sanções, necessidades de papel e exigências do sistema social; as explicações relativas a tais fatores bastam-se a si mesmas, sem levar em conta a interação social que seu desempenho necessariamente pressupõe. De modo análogo, na sistematização psicológica típica, fatores como motivo, atitudes, complexos ocultos, elementos de organização psicológica e processos psicológicos são utilizados para descrever o comportamento sem a mínima necessidade de se importar com a interação social. Dos fatores causativos passa-se para o comportamento que supostamente propiciam, com a interação social tornando-se mero *forum* que as determinantes sociológicas atravessam rumo à produção de manifestações específicas de comportamento. Acrescente-se que o desprezo pela interação social não é reparado pela especificação de interações de elementos sociais (como a descoberta sociológica de uma interação de papéis sociais ou da interação entre os componentes de um sistema social) ou de elementos psicológicos (como a observação das ciências psicológicas sobre a interação entre atitudes tomadas por diferentes

peçoas). A interação social equivale a um processo interativo entre agentes, e não entre fatores a eles atribuídos.

A interação simbólica não apenas recebe de braços abertos o processo interativo social como também o considera de vital importância *per se*. Seu valor reside no fato de constituir um processo que *forma* o comportamento, ao invés de equivaler simplesmente a um meio ou contexto para a expressão ou liberação da conduta humana. Em outras palavras, os homens, ao interagirem uns com os outros, devem considerar o que cada um faz ou está para fazer; são obrigados a dirigir seu próprio comportamento ou manipular as situações em função de tais observações. Assim, as atividades de outrem constituem fatores positivos na formação de sua própria conduta; face às ações de outras pessoas, pode-se abandonar intenções ou objetivos, ou então examiná-los, moderá-los ou sustá-los, intensificá-los ou substituí-los. As ações de outrem cabe determinar o que se planeja fazer, além de poder se opor ou impedir tais projetos, requerer sua revisão ou exigir outra série diferente de projetos. De uma forma ou de outra, deve-se *adaptar* a própria linha de atividade aos atos do outro. Estes não devem ser esquecidos e considerados como mera arena para a expressão do que se está disposto ou propenso a realizar.

Devemos a George Herbert Mead a mais penetrante análise da interação social — análise esta que enquadra o assunto com a atitude realista acima especificada. Mead identifica duas formas ou níveis de interação social na sociedade humana. Refere-se aos mesmos como “a conversação dos gestos” e “o uso de símbolos significantes”, que neste ensaio serão denominados “interação não-simbólica” e “interação simbólica”, respectivamente. A interação simbólica ocorre quando se reage diretamente à ação de outra pessoa sem interpretá-la; a interação simbólica refere-se à interpretação do ato. A interação não-simbólica pode ser observada mais facilmente em reações sob a forma de reflexos, como no caso de um boxeador que levanta automaticamente o braço para se esquivar de um golpe. Todavia, se o boxeador identificasse refletidamente o golpe prestes a ser desferido por seu oponente como uma finta visando a confundir-lo, estaria empenhado em uma interação simbólica. Neste caso, esforçar-se-ia no sentido de certificar-se do significado do golpe, isto é, o que quer dizer, de acordo com os desígnios de seu oponente. Em seu processo associativo, os seres humanos dedicam-se plenamente à interação não-simbólica, à medida que reagem imediata e irrefletidamente aos movimentos corporais, expressões e tons de voz uns dos outros, embora seu modo de interação típico esteja no nível simbólico, à medida que procuram compreender mutuamente o significado de suas ações.

A análise feita por Mead da interação simbólica é de extrema importância, considerando-a um processo de apresentação de gestos e de reação ao significado dos mesmos. O gesto consiste em qualquer parte ou aspecto de uma ação contínua que traz consigo o ato global de que faz parte. Por exemplo, um brandir de punhos representa indício de um possível ataque, declaração de guerra por algum país ou marca da posição e linha de ação desta nação. Elementos como solicitações, pedidos, ordens, pistas e declarações equivalem a gestos que transmitem aos que os reconhecem uma idéia da intenção e desígnio do ato a ser realizado pelo indivíduo que os expõe. A pessoa que reage organiza sua resposta conforme o significado que os gestos lhe transmitem; o expositor dos gestos apresenta-os como indicações ou signos daquilo que tenciona fazer, assim como do que deseja que o reagente faça ou compreenda. Assim, o gesto possui significado tanto para quem o faz como para quem é endereçado. Quando possui o mesmo significado para ambos, as duas partes entendem-se mutuamente. Com base nesses dados, pode-se verificar que o significado do gesto percorre três caminhos (a natureza triádica do significado de Mead): significa o que a pessoa para quem é destinado deve fazer o que a pessoa que o apresenta tenciona realizar, é a ação conjunta originada da articulação dos atos de ambos. Desta forma, à guisa de exemplo, a ordem de um ladrão à sua vítima para erguer as mãos constitui (a) indicação do que a vítima tem de fazer, (b) indicação do que o ladrão planeja executar, isto é, tirar o dinheiro da vítima e (c) indicação do ato conjunto em formação, no presente caso um assalto. Se porventura houver confusão ou mal-entendidos no decurso de qualquer uma destas três linhas de significado, a comunicação não se efetiva, impede-se a interação e bloqueia-se a feitura do ato conjunto.

Para encerrarmos nossas considerações sobre a análise da interação simbólica segundo Mead, discutamos mais um aspecto de sua teoria, a saber, que as partes envolvidas na interação devem, obrigatoriamente, estar uma no papel da outra. Para indicar o que a outra pessoa fará, deve-se elaborar tal indício a partir do ponto de vista da mesma; para ordenar que a vítima erga suas mãos o ladrão necessita considerar essa reação sob a perspectiva da vítima. De modo análogo, a vítima deve considerar a ordem sob o ponto de vista do ladrão que a emite, tendo de compreender a intenção e o ato a ser cometido por parte do ladrão. Tal apreensão de papéis constitui o *sine qua non* da comunicação e da interação simbólica eficaz.

A posição e a importância central da interação simbólica na vida e no comportamento grupal humano é patente. Uma sociedade ou grupo consiste de pessoas relacionando-se entre si. Tal relação existe necessariamente sob a forma de indivíduos agindo uns para

com os outros, desta maneira empenhados na interação social. Esse processo interativo da sociedade humana encontra-se característica e predominantemente no nível simbólico; à medida que os homens que agem individual ou coletivamente, ou ainda como agentes de alguma organização, entram em contato uns com os outros, são obrigados a pesar mutuamente suas ações ao formarem as suas próprias. Procedem, desta maneira, através de um processo bilateral em que indicam a outrem como agir e em que interpretam as indicações por estes realizadas. A coexistência grupal humana representa um complexo processo de definição recíproca sobre como proceder e de interpretação das mesmas; através desse sistema os seres humanos vêm a adaptar suas atividades uns aos outros e a formar sua própria conduta pessoal. Tanto a atividade conjunta como o comportamento individual compõem-se *em e através de* esse processo contínuo; não equivalem a meras expressões ou produtos dos elementos levados à interação ou das condições anteriores ao processo. A não-consideração desse ponto vital constitui a deficiência fundamental das sistematizações que procuram explicar a sociedade humana em conformidade com a organização social ou com fatores psicológicos, ou alguma mescla de ambos. Face à interação simbólica, a coexistência grupal humana representa necessariamente um processo formativo e não mero campo para a expressão de fatores preexistentes.

A NATUREZA DOS OBJETOS

O interacionismo simbólico defende a hipótese de que os "universos" acessíveis aos seres humanos e seus grupos compõem-se de "objetos", e que estes são o produto da interação simbólica. Entende-se por objeto tudo que for passível de ser indicado, evidenciado ou referido — uma nuvem, um livro, uma legislatura, um banqueiro, uma doutrina religiosa, um fantasma, etc. Para nossa maior conveniência, podemos classificar os objetos em três categorias: (a) objetos físicos, como cadeiras, árvores ou bicicletas; (b) objetos sociais, como estudantes, padres, o presidente, a mãe ou um amigo e (c) objetos abstratos, como princípios morais, doutrinas filosóficas ou conceitos, tais como justiça, exploração ou compaixão. Repetimos mais uma vez: o objeto é qualquer coisa passível de ser indicada ou referida. A natureza de todo e qualquer objeto compreende o significado que possui para a pessoa para quem constitui objeto. Tal significado determina a maneira pela qual vê o objeto, pela qual se encontra preparado para agir em relação ao mesmo e pela qual apronta-se para comentá-lo. O objeto pode possuir diferentes significados para diferentes pessoas: uma árvore, por exemplo, constituirá

diferente objeto para um botânico, para um madeireiro, para um poeta ou para um jardineiro; o presidente dos Estados Unidos representará objeto distinto para um leal correligionário de seu partido político e para um membro da oposição; os elementos de um grupo étnico poderão ser considerados como um tipo diferente de objeto para os membros de outros grupos. O significado dos objetos para cada um é, basicamente, gerado a partir da maneira pela qual lhe é definido por outras pessoas com quem interage. Dessa forma, através de indicações de outrem, aprendemos que uma cadeira é uma cadeira, que os médicos são um determinado tipo de profissional liberal, que a Constituição dos Estados Unidos é um tipo específico de documento, etc. Os objetos surgem a partir de um processo de indicações recíprocas, objetos estes que possuem o mesmo significado para um dado conjunto de pessoas e por elas são considerados da mesma maneira.

Podemos tirar várias conclusões dos pontos analisados acima. Primeiramente, oferecem-nos um novo quadro do ambiente ou meio em que os seres humanos convivem. Deste ponto de vista, o ambiente constitui-se apenas de objetos que o homem identifica e conhece. A natureza desse meio é determinada pelo significado que os objetos que o compõem proporcionam aos indivíduos. Estes ou os grupos de que fazem parte podem, ainda que ocupando ou habitando o mesmo espaço geográfico, estar em ambientes bem distintos; os seres humanos, por assim dizer, podem coexistir lado a lado e, contudo, habitarem diferentes universos. Sem dúvida, para se designar o contexto, as adjacências e a textura dos elementos com que se depara, o termo "universo" é mais adequado do que "ambiente". O homem necessita relacionar-se com o universo de seus objetos e desenvolver suas ações visando aos mesmos. Conseqüentemente, a fim de se compreender os atos humanos, é preciso identificar seu universo de objetos, o que constitui importante aspecto do processo, a ser analisado adiante.

Em segundo lugar, os objetos (quanto a seu significado) devem ser considerados como criações sociais — como elementos formados e originados do processo de definição e interpretação, à medida que este ocorre na interação humana. O significado de qualquer elemento deve ser formado, assimilado e transmitido através de um processo de indicação, o qual, necessariamente, é também social. A coexistência grupal humana ao nível da interação simbólica representa um complexo sistema no qual o indivíduo forma, mantém e transforma os objetos de seu universo, à medida que lhes concede significado. Os objetos não possuem qualquer *status* fixo, a não ser quando seus significados mantêm-se por meio de indicações e definições feitas pelo homem. É bastante evidente o fato de os objetos

de todas as categorias serem passíveis de sofrer mudanças quanto ao significado. Um astrofísico moderno vê uma estrela no céu de maneira bem distinta de como o fazia um pastor dos tempos bíblicos; para os últimos romanos, o casamento constituía um objeto diferente do considerado pelos primitivos habitantes de Roma; o presidente que fracassa em épocas conturbadas de seu país pode se tornar um objeto totalmente diferente para os cidadãos que governa. Em suma, do ponto de vista do interacionismo simbólico, a coexistência grupal humana traduz-se em um processo no qual os objetos são criados, confirmados, transformados e desprezados. A vida e os atos do homem são necessariamente alterados conforme as mudanças ocorridas em seu universo de objetos.

O SER HUMANO COMO UM ORGANISMO AGENTE

O interacionismo simbólico admite que o homem deve possuir uma estrutura que se adapte à natureza da interação social. O ser humano é um organismo que não apenas reage à outrem no nível não-simbólico como também lhes fornece indícios e interpreta suas indicações. Isto acontece, como Mead procurou enfatizar com tanta veemência, somente devido ao fato de o homem possuir um "eu". Não se pretende nada de esotérico com tal afirmação. Esta procura estabelecer que o homem pode ser o objeto de sua própria ação. Assim, pode identificar-se, por exemplo, como um indivíduo do sexo masculino, jovem, estudante, endividado, tentando tornar-se médico, proveniente de uma família obscura e assim por diante. Em todos esses aspectos ele é um objeto para si mesmo, agindo para consigo próprio e orientando-se em suas ações para com outras pessoas de acordo com o tipo de objeto que constitui para si mesmo. Este conceito do indivíduo como objeto não foge à nossa análise anterior. Assim como outros objetos, o eu-objeto origina-se do processo de interação social em que outras pessoas definem um indivíduo para ele mesmo. Ao tratar da apreensão de papéis, Mead estabeleceu a dinâmica desse processo. Segundo ele, uma pessoa, a fim de se tornar um objeto para si mesmo, necessita visualizar-se à distância. Para tanto, basta colocar-se no lugar dos outros e considerar-se do ponto de vista dessa posição. Os papéis assumidos variam desde os relativos a indivíduos discretos ("fase de desempenho"), a grupos organizados discretos ("fase de jogo") até os referentes a comunidades abstratas (o "outro generalizado"). Ao assumir tais papéis, o indivíduo encontra-se preparado para se dirigir ou se aproximar de si mesmo — como, por exemplo, a menina que ao "brincar de mamãe" fala sozinha da maneira como sua mãe o faria, ou o jovem sacerdote que se enxerga através dos olhos do clero. Formamos os

objetos de nós mesmos por intermédio da forma como os outros nos vêem ou nos definem, ou, mais precisamente, como nos vemos por meio da apreensão de um dos três tipos de papéis de outrem mencionados acima. O fato de que este faz de si mesmo um objeto através do processo pelo qual os outros o definem a si próprio tem sido estudado com bastante competência pelos trabalhos científicos contemporâneos; portanto, apesar de sua grande importância, não teceremos maiores comentários a respeito.

Há outro importante aspecto do processo sendo analisado e que decorre do fato de o ser humano possuir um eu, ou seja, que essa circunstância o capacita a interagir consigo próprio. Essa interação não se apresenta sob a forma do processo interativo entre duas ou mais partes de um sistema psicológico, como entre necessidades, entre emoções, entre idéias ou entre o id o ego na sistematização teórica freudiana. Antes, esta interação é social — uma forma de comunicação, com o indivíduo dirigindo-se a si mesmo como a um indivíduo e a isto reagindo. Podemos identificar nitidamente tal operação em nossas vidas quando de, por exemplo, situações em que percebemos estar zangados conosco mesmos, em que necessitamos nos apressar em nossas tarefas, em que lembramos a nós próprios a necessidade de se fazer isto ou aquilo, ou em que estamos falando sozinhos, ao arquitetar algum plano de ação. Como tais casos indicam, a auto-interação existe, basicamente, como um processo de feitura de auto-indicações. Tal operação desenvolve-se continuamente durante toda a nossa existência, sempre que observamos e pesamos uma ou outra questão, ou sempre que tomamos consciência deste ou daquele fato. Não resta dúvida que, para o ser humano, a consciência ou a atenção relativa a qualquer elemento equivale a indicar esse mesmo elemento para si próprio; o indivíduo identifica-o como um tipo específico de objeto e considera sua relevância ou importância para sua linha de ação. A existência de cada um consiste de uma série de tais indícios feitos pela pessoa para si própria, dos quais se utiliza para determinar seu comportamento.

Já possuímos, portanto, um quadro geral do ser humano como um organismo que interage consigo mesmo por intermédio de um processo social de feitura de auto-indicações. Esta constitui uma perspectiva do homem radicalmente diferente da defendida pelas ciências sociais e psicológicas contemporâneas. A teoria mais em voga considera o ser humano um organismo complexo, cujo comportamento representa uma resposta a fatores envolvidos na organização do organismo. As escolas de pensamento das ciências sociais e da psicologia diferem bastante quanto aos fatores que consideram significativos; isto pode ser verificado pela diversificada gama de fatores estudados, entre os quais encontram-se estímulos, impulsos

orgânicos, distribuição de necessidades, motivos conscientes e inconscientes, emoções, atitudes, idéias, prescrições culturais, normas, valores, exigências de *status*, papéis sociais, associações grupais de referência e pressões institucionais. As escolas de pensamento também divergem quanto ao prisma sob o qual consideram a organização humana, seja como uma espécie de organização biológica, psicológica ou social adquirida, incorporada à estrutura social do grupo a que se pertence. No entanto, tais correntes teóricas não criam polêmicas quanto ao fato de o homem constituir um organismo respondente, cujo comportamento representa um produto dos fatores envolvidos em sua organização ou uma expressão dos efeitos recíprocos verificados entre as partes desta. De acordo com esta perspectiva, universalmente aceita, o ser humano é "social" apenas no tocante ao fato de ser um membro de categorias sociais, de reagir a outras pessoas (estímulos sociais) ou de encontrar-se incorporado à organização de seu grupo.

A visão do homem defendida pelo interacionismo simbólico é intrinsecamente diversa. O homem é considerado social em um sentido mais profundo — como um organismo que se empenha na interação social consigo mesmo por meio da autoconfecção de indícios e da resposta aos mesmos. Devido a este empenho na auto-interação, o homem relaciona-se com seu ambiente de maneira acentuadamente diversa da pressuposta pela difundida perspectiva convencional descrita acima. Ao invés de equivaler simplesmente a um organismo que responde à ação dos fatores sobre ou através do mesmo, o homem passa a ser visto como um organismo que necessita lidar com aquilo que observa. Entra em contato com o que verifica, empenhando-se em um processo de auto-indicação no qual compõe um objeto a partir do que observa, atribuindo-lhe um significado e utilizando-o como o fundamento que norteará suas ações. Seu comportamento, no referente ao que observa, não é uma resposta suscitada pela apresentação do elemento observado, mas, antes, uma ação originada da interpretação realizada através do processo de auto-indicação. Nesse sentido, o indivíduo empenhado na auto-interação não constitui mero organismo respondente, mas sim um organismo agente, que necessita elaborar uma linha de ação de acordo com os elementos que verifica, ao invés de simplesmente emitir uma resposta à ação de algum fator sobre sua organização.

A NATUREZA DA AÇÃO HUMANA

A capacidade do homem de proceder a indicações a si mesmo empresta um caráter distintivo à ação humana. Isto significa que o homem defronta-se com um mundo que deve interpretar a fim de

poder agir, ao invés de estar em contato com um ambiente ao qual reage devido à sua organização. Deve enfrentar as situações em que é chamado a agir, especificando o significado das ações de outrem e planejar sua própria linha de ação à luz de tal interpretação. Deve, igualmente, elaborar e orientar seus atos, ao invés de simplesmente produzi-los em resposta aos fatores que os influenciam ou que através deles produzem seus efeitos. É necessário arquitetar sua linha de ação, não importa quão infeliz seja ao elaborá-la.

Este posicionamento, segundo o qual o homem dirige seus atos elaborando auto-indicações, diverge acentuadamente da perspectiva da ação humana dominante nas ciências e na psicologia contemporâneas. Tal ponto de vista, como já tivemos oportunidade de mencionar, atribui a ação humana a um fator causativo ou, ainda, a uma combinação de tais fatores. A ação remonta a aspectos como motivos, atitudes, distribuição de necessidades, complexos inconscientes, configurações de estímulos e exigências de *status*, de papel e situacionais. Considera-se que associar a ação a um ou mais de tais agentes causadores basta para explicar o processo de auto-interação através do qual o indivíduo manipula seu universo e elabora seus atos. Fecha-se então a porta para o fundamental processo de interpretação no qual o indivíduo observa e avalia o que lhe é apresentado e por intermédio do que elabora linhas de comportamento nítidas anteriormente à sua execução.

Basicamente, os atos por parte de um ser humano consistem na atenção despendida aos vários elementos que observa e na confecção de uma linha de conduta fundamentada na maneira pela qual os interpreta. Tais elementos abrangem aspectos como desejos e necessidades, seus objetivos, os meios disponíveis para a consecução destes, os atos e os atos antecipados de outrem, a imagem que faz de si mesmo e o provável resultado de uma determinada linha de ação. Seu comportamento é formado e orientado através do referido processo de indicação e interpretação. Nesse processo, certas linhas de ação podem ser iniciadas ou encerradas, abandonadas ou adiadas, confinadas à mera intenção ou a realidades íntimas de fantasia; ou, se porventura forem iniciadas, podem se transformar. Nossa finalidade não é analisar o processo, mas sim chamar a atenção para sua presença e efeito sobre a formação dos atos humanos. Devemos igualmente reconhecer que a atividade dos seres humanos consiste em enfrentar todo um fluxo de situações nas quais têm de agir e que suas ações são construídas de acordo com os elementos observados, a forma como são observados e os tipos de linhas de ação planejadas que elaboram. Esse processo não pode ser assimilado conferindo-se ação a alguma espécie de fatores (como, por exemplo, motivos, distribuições de necessidades, exigências de papel,

expectativas sociais ou regras sociais) que se acredita desencadear o ato e impelir a sua conclusão; tal fator, ou alguma representação do mesmo, constitui um aspecto para o qual o agente humano atenta ao elaborar sua linha de ação. O fator causativo não abrange ou explica como esse ou outros aspectos são considerados no contexto em que se exige um comportamento. Deve-se penetrar no processo definidor do agente a fim de compreender seus atos.

Tal perspectiva do comportamento humano aplica-se, igualmente bem, à ação conjunta ou coletiva em que estão envolvidos vários indivíduos. Esta constitui o principal foco de atenção da psicologia, como se verifica, por exemplo, no comportamento grupal, instituições, organizações e classes sociais. Tais aspectos do comportamento social, quaisquer que sejam, envolvem indivíduos que procuram adaptar suas linhas de ação umas às outras. É tanto adequado quanto possível considerar e analisar tal comportamento por seu lado coletivo, ao invés de sob o prisma individual. Essa ação conjunta não perde a característica de ser elaborada através de um processo interpretativo quando de situações em que a coletividade é exortada a agir. Esta, seja um exército empenhado em uma campanha, uma empresa procurando expandir suas operações ou um país tentando controlar um saldo desfavorável, entre importações e exportações necessita elaborar seus atos por meio de uma interpretação do que está ocorrendo em sua área de operação. Esse processo interativo verifica-se pelas indicações recíprocas — e não individuais — realizadas pelos participantes. A ação coletiva ou conjunta surge como resultado de tal processo de interação interpretativa.

ENCADEAMENTO DE AÇÕES

Como já tivemos oportunidade de constatar anteriormente, a coexistência grupal humana compreende a adaptação recíproca das linhas de ação pelos membros do grupo, só sendo possível devido a esse processo. Tal articulação de linhas de conduta tanto origina como representa uma "ação conjunta" — uma organização social de comportamento de diferentes atos de diferentes participantes. A ação conjunta, na medida em que se compõe de diversos atos constituintes que participam de sua formulação, difere de cada um destes e de sua mera agregação. Possui um caráter distintivo intrínseco, o qual reside em uma articulação ou encadeamento que independe dos elementos possivelmente articulados ou encadeados. Assim, pode-se identificar a ação conjunta a partir desse princípio, da mesma forma como é possível descrevê-la ou analisá-la sem a necessidade de associá-la aos atos isolados que a compõem. É desta maneira que procedemos ao referir-nos a elementos como casamentos, transações

comerciais, guerras, discussões parlamentares ou missas. Podemos, igualmente, nos referir à coletividade empenhada na ação conjunta sem termos de identificar seus membros isolados, como em relação à família, à empresa, à igreja, à universidade ou ao país. É evidente que a esfera de ação do cientista social compreende justamente o estudo da ação conjunta e das coletividades nela empenhadas.

No estudo das coletividades e da ação conjunta, pode-se facilmente incorrer em erro, caso não se tenha em mente que a ação conjunta da coletividade constitui um encadeamento dos atos isolados dos participantes. Esse engano faz com que se negligencie o fato de uma ação conjunta sempre dever passar por um processo de formação; muito embora possa representar uma forma repetitiva e constante de ação social, cada uma de suas manifestações deve ser reelaborada. Ademais, esse processo de formação que propicia sua existência ocorre, obrigatoriamente, através do processo dual de designação e interpretação analisado acima. Aos participantes ainda cabe orientar seus respectivos atos através da formação e da utilização de significados.

Tomando essas observações como base, desejamos fazer três comentários acerca das implicações do encadeamento constituidor da ação conjunta. Em primeiro lugar, analisemos as manifestações de comportamento conjunto repetitivas e estáveis. A maior parte da ação social em uma sociedade humana, principalmente quando esta é sedentária, existe sob a forma de padrões recorrentes de ação conjunta. Na maioria das situações em que os indivíduos agem uns em relação aos outros, estes possuem de antemão uma sólida consciência de como agir e de como outros agirão. Possuem conjuntamente significados comuns e preestabelecidos do que esperar dos atos dos participantes; por conseguinte, cada interagente é capaz de orientar seu próprio comportamento através de tais significados. Os casos de formas interativas e preestabelecidas de ação conjunta são tão frequentes e comuns que é fácil compreender a razão de os estudiosos terem-na considerado a essência ou a forma natural da vida humana em grupo. Tal ponto de vista evidencia-se mais nitidamente nos conceitos de "cultura" e "ordem social", tão constantes na bibliografia das ciências sociais. A maior parte das sistematizações sociológicas baseiam-se no pressuposto de que a sociedade humana existe sob a forma de uma ordem de vida fixa e redutível a relações com séries de regras, normas, valores e sanções que determinam ao homem como proceder em diferentes situações.

A seguir, teceremos algumas considerações referentes a esta concisa sistematização. Primeiramente, é falso que todo o decurso de existência em qualquer sociedade humana nada mais é que uma expressão de formas preestabelecidas de ação conjunta. Criam-se

constantemente novas situações problemáticas dentro do âmbito da vida grupal, para as quais as regras existentes são inadequadas. De nossa parte, jamais tivemos notícia de qualquer sociedade isenta de problemas, ou cujos membros não tivessem que discutir para elaborar formas de ação. Tais tipos de comportamentos não prescritos são tão naturais, congênitos e recorrentes na coexistência grupal humana como os regidos por prescrições preestabelecidas e fielmente obedecidas de ação conjunta. Em segundo lugar, todos têm de concordar que mesmo no caso de ações conjuntas preestabelecidas e repetitivas cada uma de suas manifestações deve ser reelaborada. Os participantes também necessitam preparar suas linhas de ação e adaptá-las umas às outras através do processo dual de designação e interpretação. No caso da ação conjunta repetitiva, evidentemente, assim procedem utilizando-se dos mesmos significados recorrentes e constantes. Por conseguinte, somos levados a perceber que o que realmente importa é o livre movimento e destino dos significados, ao invés da ação conjunta em sua forma preestabelecida. O comportamento coletivo repetitivo e estável representa tanto consequência de um processo interativo como uma nova forma de ação conjunta sendo desenvolvida pela primeira vez. Esta não é uma afirmação infundada ou pedante: os significados subjacentes à ação conjunta fixa e recorrente encontram-se tanto sujeitos a pressões quanto a reforços, tanto a insatisfações quanto à indiferença; podem ser tanto desafiados quanto aprovados, tanto tratados com desinteresse quanto revitalizados com o sopro de novos alentos. Por trás da fachada da ação conjunta objetivamente observada existe todo um conjunto de significados que a sustém e que os cientistas sociais não podem se permitir ignorar. A aceitação gratuita dos conceitos de norma, valor, regra social e outros afins não deveria desviar o cientista social do fato de qualquer um dos referidos conceitos ser subentendido por um processo de interação social — processo este necessário não apenas para sua mudança, como também para sua retenção em uma forma fixa. Na coexistência grupal, é o processo social que cria e mantém as regras, e não as regras que criam e mantêm a coexistência grupal.

Nossa segunda observação sobre o encadeamento relativo à ação conjunta refere-se à extensa corrente de atos responsáveis por grande parte da vida humana em grupo. Estamos bem familiarizados com essas complexas e intermináveis redes de ação, nas quais se verifica o encadeamento e a interdependência de diferentes atos de diferentes pessoas, como, por exemplo, na divisão de trabalho, que se prolonga desde o tratamento da semente pelo lavrador até, finalmente, a venda do pão em uma panificadora, ou, ainda, na elaborada sucessão de elos que se desenvolve desde a prisão de um suspeito até

sua soltura da penitenciária. Tais redes e a participação uniformizada de diferentes pessoas em diferentes atos e em diferentes pontos produzem um quadro de instituições que, muito adequadamente, tem sido um dos principais focos de interesse dos sociólogos. Além disso, dão corpo à idéia de que a vida humana em grupo possui o caráter de um sistema. Observando-se todo esse vasto complexo de atividades diversificadas, todas unidas em uma operação uniformizada, e a organização complementar dos participantes em relações interdependentes bem urdidas, é fácil compreender a razão de tantos pesquisadores terem considerado tais redes ou instituições como entidades que se comportam autonomamente, segundo sua própria dinâmica e dispensando o estudo de seus participantes. A maior parte das análises sociológicas de instituições e de organização social são partidárias dessa perspectiva, o que, segundo nosso parecer, constituiu-se em grave erro. Dever-se-ia dar mais atenção aos verdadeiros fatos de que a diversificada gama de participantes, que ocupam pontos distintos da rede, que se empenha em seus atos de acordo com a utilização de conjuntos de significados específicos. Uma rede ou uma instituição não funciona automaticamente devido a alguma dinâmica interna ou a exigências do sistema, mas sim porque os indivíduos, em diferentes pontos da urdidura, realizam atos, e estes constituem resultado da maneira pela qual definem a situação em que são chamados a agir. Atualmente encontram-se avaliações limitadas do assunto em algumas pesquisas sobre tomadas de decisão, mas no cômputo geral pouco foi dito a respeito. Deve-se compreender que os conjuntos de significados que levam os participantes a agir como agem em seus respectivos pontos na rede possuem seu próprio contexto em um processo localizado de interação social, e que tais significados são formados, sustentados, enfraquecidos, fortalecidos ou transformados, conforme o caso, através de um processo socialmente definidor. Tanto o funcionamento como a sorte das instituições são determinados por esse processo de interpretação, à medida que se manifestam nos diferentes conjuntos de participantes.

Há uma terceira e importante observação a ser feita, ou seja, que qualquer manifestação de comportamento conjunto, seja recém-formada ou já há muito existente, surge necessariamente de um alicerce proporcionado pelas ações anteriores dos participantes. Um novo tipo de ação jamais se origina separadamente de experiências passadas. Os participantes envolvidos na formação do novo comportamento conjunto trazem ao mesmo o universo de objetos, os conjuntos de significados e as sistematizações de interpretação que já possuem. Assim, a nova forma de ação conjunta sempre surge de um contexto de comportamentos coletivos anteriores, e a ele se associa. Não pode ser analisada fora desse contexto; deve-se consi-

derar tal encadeamento juntamente com manifestações precedentes de comportamento conjunto. Percorrem-se caminhos movediços e empiricamente destituídos de validade caso se conclua que qualquer forma específica de ação conjunta pode ser desvinculada de seu encadeamento histórico, como se sua constituição e seu caráter tivessem surgido do nada, através de uma criação espontânea, ao invés de terem nascido dos elementos passados. Face a situações radicalmente diferentes e tensas, o homem pode ser levado a desenvolver novas formas de ação conjunta acentuadamente diferentes daquelas em que se empenharam anteriormente; contudo, mesmo em tais casos há sempre alguma ligação ou continuidade com os fatos passados. Não é possível compreender a nova forma sem incorporar o conhecimento dessa continuidade à análise do novo comportamento. A ação conjunta não apenas representa um encadeamento horizontal, por assim dizer, das atividades dos participantes, mas também uma concatenação vertical com o comportamento conjunto anterior.

OBSERVAÇÕES FINAIS

A partir desse nosso sucinto esboço de suas imagens-raiz, esperamos ter feito uma exposição clara da perspectiva geral do interacionismo simbólico. Essa teoria estabelece que a sociedade humana compõe-se de indivíduos empenhados em viver. Essa existência constitui um processo de atividade contínua no qual os participantes desenvolvem linhas de ação nas inúmeras situações com que se deparam. Surpreendem-se em um complexo processo de interação no qual adaptam suas ações em curso umas às outras. Tal processo interativo consiste na confecção de indícios destinados ao outro, sobre como proceder e na interpretação das indicações feitas por este. Vivem em universos de objetos e são orientados em seu caminho e ação pelo significado desses mesmos objetos. Estes, inclusive os objetos de si mesmos, são formados, sustentados, enfraquecidos e transformados no processo interativo mútuo. Evidentemente, esse processo global deveria ser analisado do ponto de vista do caráter diferenciado que necessariamente possui, devido ao fato de os homens se reunirem em diferentes grupos, pertencerem a diferentes sociedades e ocuparem diferentes posições. Por conseguinte, aproximam-se uns dos outros de formas diferentes, vivem em universos diferentes e orientam-se por diferentes conjuntos de significados. Não obstante, quer se esteja relacionando com a família, com uma turma de rua, com uma empresa industrial ou com um partido político, deve-se considerar que as atividades da coletividade são formadas através de um processo de designação e interpretação.